

## **EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E INTERCULTURALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: Relato de Experiência do Programa Institucional de Iniciação Científica**

**JOSÉ VALDIR JESUS DE SANTANA**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**FELIPE SOUZA BONFIM**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**LETICIA RODRIGUES DA ANUNCIÇÃO**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo geral relatar as experiências de dois projetos de iniciação científica que versam sobre as legislações que tornam obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas e afro-brasileira na educação básica. Intitulados “O Ensino de Sociologia no Ensino Médio e a Implementação da Lei 10.639/03: um estudo bibliográfico” e “O Ensino das Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica e a Lei 11.645/08: o estado da arte entre 2015 e 2020”, esses trabalhos consistem na identificação e análise de pesquisas que tem como objeto de estudo a implementação das leis em questão, a partir de diferentes perspectivas e recortes. Os objetivos específicos deste artigo consistem em expressar as similaridades e divergências encontradas durante o processo de elaboração dos projetos. Através do banco de dissertações/teses e portal de periódicos da Capes foram selecionados os trabalhos analisados em cada pesquisa. À vista disso, no que tange os resultados com foco na disciplina de sociologia como instrumento de implementação da lei 10.639/03, esses apresentam uma quantidade baixa de produções acadêmicas direcionadas a temática. Sob outro enfoque, ao tratar sobre as produções acadêmicas com foco nos processos de implementação da lei 11.645/08 verificou que existe uma variedade de estudos acadêmicos sobre o ensino de histórias e culturas indígenas na Educação de maneira geral.

1425

**Palavras-chave:** Iniciação Científica. Lei 10.639/2003. Lei 11.645/2008. Relato de Experiência

### **Abstract**

This article aims to share the experiences of two scientific initiation projects centered around legislation mandating the inclusion of indigenous and Afro-Brazilian histories and cultures in basic education. Titled "The Teaching of Sociology in High School and the Implementation of Law 10.639/03: a bibliographic study" and "The Teaching of Indigenous Histories and Cultures in Basic Education and Law 11.645/08: the state of the art between 2015 and 2020," these projects involve identifying and analyzing research focused on the implementation of these laws from various perspectives. The specific goals of this article are to highlight the similarities and differences observed during the project preparation phase. Using the Capes dissertation/thesis database and journal portal, we selected works pertinent to each research focus. Regarding the results related to the incorporation of law 10.639/03 through the lens of sociology, we found a limited number of academic publications on the subject. Conversely, in exploring academic works concerning the implementation of law 11.645/08, we

discovered a diverse array of studies on the teaching of indigenous histories and cultures in education overall.

**Keywords:** Experience Report. Law 10.639/2003. Law 11.645/2008. Scientific research.

## Introdução

Este artigo tem como *objetivo geral* relatar as experiências de dois projetos de iniciação científica que versam sobre as legislações que tornam obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas e afro-brasileira na educação básica. Intitulados “O Ensino de Sociologia no Ensino Médio e a Implementação da Lei 10.639/03: um estudo bibliográfico” e “O Ensino das Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica e a Lei 11.645/08: o estado da arte entre 2015 e 2020”, esses trabalhos consistem na identificação e análise de pesquisas que tem como objeto de estudo a implementação das leis em questão, a partir de diferentes perspectivas e recortes. Os *objetivos específicos* deste artigo consistem em expressar as similaridades e divergências encontradas durante o processo de elaboração dos projetos.

Através do projeto de pesquisa “Educação, relações étnico-raciais e interculturalidades da Educação Básica”, realizada com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com orientação do Prof. Dr. José Valdir Santana de Jesus, foi possível obter alguns resultados pertinentes para construção deste artigo.

Já passaram duas décadas desde a promulgação da lei 10.636/2003, que garante a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, e as defasagens de não cumprimento da lei e falta de suporte à coordenação pedagógica e corpo docente de escolas, principalmente públicas, segue as mesmas quando a temática racial entra em pauta e vigor. Para a construção deste artigo de relato de experiência, foi preciso pensar a construção do pensamento racial brasileiro, influenciado pela escola Evolucionista Cultural no século XIX, as potencialidades do Movimento Negro no Brasil, a escolha do campo educacional como possibilidade de emancipação de pretos(as) e pardas(os), para chegar até as leis nº 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 e a contextualização sobre a cidade residente dos pesquisadores que posteriormente servirá como análise de aplicação das referidas leis.

A metodologia dos dois projetos possui caráter de pesquisa bibliográfica e qualitativa, realizada através das plataformas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Banco de Dissertações e Teses e o Portal de Periódicos. Nesses bancos

de dados foram selecionadas as produções relacionadas à temática do ensino de sociologia, a lei 10.639/2003, a lei 11.645/08 e como a categoria interculturalidade tem sido mobilizada nesses trabalhos. Por sua vez, a seleção do material, além de contemplar os trabalhos que citam diretamente às referidas leis em seu título, englobou também trabalhos que discutem as relações étnico-raciais no ensino da educação básica, e conseqüentemente tratam sobre essa legislação em seu conteúdo.

Por sua vez, o referencial teórico foi desenvolvido através de obras como *Raça, ciência e sociedade* (1996), *O Espetáculo das Raças* (1993), *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004), *O Movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017) e outras obras pertinentes à temática.

Desta forma, ao referir o primeiro projeto com enfoque da lei de 2003, os resultados obtidos através da pesquisa bibliográfica pela plataforma CAPES deram-se na baixa produção acadêmica de obras que contemplem a temática da disciplina de “Sociologia” e a “Lei nº 10.639/03”, a frequência de termos nos títulos de outras obras como “permanência” e “dificuldades” e os dados referindo uma baixa aplicação dos professores e da instituição, observando ainda os conflitos existentes no que tange a aplicação obrigatória da Lei nº 10.639/2003.

1427

Já ao se tratar do segundo projeto que compreendeu a implementação da Lei 11.645/2008 e não se limita apenas a disciplina de Sociologia, a pesquisa verificou que existe uma variedade de estudos acadêmicos sobre o ensino de histórias e culturas indígenas na Educação de maneira geral. A seguir, propomos um percurso teórico para situar a partir de qual cenário social e histórico acontecem as discussões que essas legislações propõem colocar em pauta, e o motivo de sua importância.

### **Evolucionismo Cultural e a Formação Brasileira**

Ao remontar um recorte histórico, no século XIX, houve a importação de noções de teóricos europeus para o Brasil. O objetivo de entender a raça pelas lentes da ciência no pensamento brasileiro estava em constituir a ideia de nação. Além do mais, é importante ressaltar que neste período o conceito de “raça” e “nação” se misturavam e não tinham demarcações limitadas. Como bem apresenta Monteiro, na obra *Raça, ciência e sociedade* (1996, p. 16): “Von Martius falava em três raças, porém, no contexto brasileiro, este termo

enquanto conceito científico ainda era pouco desenvolvido no período, confundindo-se de certo modo com o conceito de nação. [...]”.

As teorias raciais brasileiras do século XIX se fundamentam na linha de pensamento da escola do Evolucionismo Cultural, substanciada pelo Darwinismo Social. Esta noção evolucionista estava pautada no progresso, no qual as sociedades “primitivas” teriam que passar, da selvageria para a barbárie para então chegar à civilização, tendo como modelo de referência a Europa. Na tentativa da construção do ideário da nação brasileira, a elite, formada principalmente por bacharéis em medicina e direito, utiliza da ciência para compreender a raça através de um olhar moral, biológico e físico. Ademais, a mestiçagem é colocada como pauta polêmica e contraditória entre os teóricos enquanto uma tentativa de higienização social do país.

No século XIX, no Brasil, a questão racial e a mestiçagem se tornaram um dos temas mais importantes, na medida em que resolver o problema causado pela mestiçagem implicava no desenvolvimento da nação brasileira e, portanto, da superação de sua condição degenerativa. Aqui se considera a necessidade de trazer o percurso do debate racial no país, a partir da segunda metade do século XIX, como ponto de partida para uma breve reflexão a seguir sobre como desponta a reação do Movimento Negro brasileiro no combate ao pensamento colonial operado mesmo após a abolição da escravatura e posterior proclamação da república.

1428

### **Movimento Negro e uma educação antirracista**

De acordo com Petrônio Domingos, no texto *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos* (2007), o Movimento Negro (MN) brasileiro passou por diversas fases, sendo um dos primeiros momentos de caráter autônomo, sem projeto político definido, porém capaz de contemplar as demandas da identidade negra através dos meios de comunicação, a exemplo a imprensa.

Em diálogo com Petrônio Domingos, a intelectual Nilma Lino Gomes (2017) vai afirmar que a imprensa negra terá como objetivo romper com o “imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época.” (p. 29). Assim, para a autora, desde a sua gênese o Movimento Negro atuará como pedagogo nas relações sociais e políticas, compreendendo o campo da educação como importante aliado na luta antirracista. Segundo Petrônio Domingos

(2007), neste primeiro momento o MN preocupa-se mais com a questão cultural de como a sociedade enxerga(va) o negro, do que a derrubada do Estado, assim, neste período, o antagonista torna-se o racismo estruturado na organização social do país e encontra na educação uma possibilidade de ascensão dentro do sistema.

Além disso, o Movimento Negro compreende que essa disparidade foi percebida também no currículo escolar, responsável também pela perpetuação do racismo. Portanto, a educação brasileira não ficou à parte das ideias evolucionistas do século XIX que perduraram até os dias atuais. Para a teórica Nilma Lino Gomes, na obra *O Movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017),

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. [...] Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. [...] É preciso que nas ações desse coletivo se *faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo*. [...] (p. 23-24, grifo da autora)

De acordo com Gomes (2017), os movimentos sociais, e nele incluso o MN e o Movimento Indígena, são produtores e articuladores contra o pensamento hegemônico. Estes precisam compreender a totalidade do campo que estão inseridos na busca de construir ações e estratégias que visam a emancipação de grupos minorizados, como são as pessoas pretas, pardas e indígenas na realidade brasileira.

Desta forma, Nilma Lino Gomes (2017) compreende como a luta do Movimento Negro potencializou as suas pautas no campo educacional na “[...] transformação em respostas do Estado por meio de políticas e demais ações institucionais revelam o protagonismo desse movimento social como um ator político e um educador. [...]” (p. 38). Por sua vez, a luta antirracista não contribui apenas para a população negra e indígena, mas na construção de uma sociedade e educação emancipatória e libertadora para todos.

Ao nos amparar nos autores citados, compreendemos o Movimento Negro enquanto instrumento de transformação que avaliou como imprescindível sua inserção de forma qualificada na educação básica, à vista disso iniciamos o tópico a seguir sobre as Leis Federais fruto da luta do Movimento Negro no país.

## Os desafios das Leis Federal 10.639/2003 e 11.645/2008

No ano de 2003, o Governo Federal, através do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a lei 10.639 com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos afro-brasileiros no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira, como informa as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004).

Para além disso, a lei também tem por finalidade uma tentativa de superação das teorias raciológicas do século XIX que se atualizam no século atual. Segundo as *Diretrizes Curriculares Nacionais* supracitada (2004), a lei deseja

[...] desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (BRASIL, 2004, p. 11-12).

Por certo, entender a dominação e exploração colonial do pensamento racial brasileiro fortalecido no século XIX e tentar superá-lo é uma tarefa que a lei 10.639/2003 poderia ter vitória caso não houvesse falta de materialidade para a sustentação da mesma. Isso porque a legislação supracitada encontra dificuldades de continuidade e manutenção, como por exemplo a qualificação do corpo docente e pedagógico já ativos para aplicação da lei com propriedade, à falta de disciplinas específicas sobre Ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos cursos de licenciaturas dos professores em formação (SANTOS, 2005, p. 33).

Desta forma, com a falta de subsídio do poder público para aplicação da lei supracitada, na disciplina de sociologia, bem como em outras disciplinas, esta encontra desafios para ser apresentada aos discentes, mesmo com documentos oficiais que podem servir como embasamento, alguns professores e até mesmo coordenadores pedagógicos e diretores se encontram despreparados para abordar a temática.

Ao se tratar da Lei 11.645 de 2008, a sua implementação aguça o interesse de pesquisadores das relações étnico-raciais no Brasil, haja vista que esta pode motivar questionamentos sobre as diversas formas de apropriação das orientações legais no que tange ao ensino e aprendizado sobre a diversidade cultural brasileira em diversas instâncias (SOUZA, 2015). Apesar de ser o resultado de muitas décadas de luta por representação e espaço nos campos sociais de disputa de narrativa, a referida lei é fruto das lutas empreendidas pelos movimentos negros e indígenas na busca por uma educação antirracista e intercultural. A seguir

lançaremos um olhar em um cenário micro, vejamos como a temática se insere no contexto do município em que residem os autores deste texto.

### **Vitória da Conquista: A Suíça Baiana**

O município de Vitória da Conquista é uma importante capital da região do Sudoeste da Bahia. A cidade possui uma forte influência não só no âmbito comercial, com a presença de grandes marcas como o Boulevard Shopping ou BIG Bom Preço, como também no campo da educação com a existência de universidades públicas e faculdades privadas.

A capital do Sudoeste da Bahia tem um histórico marcado pelo genocídio de populações indígenas que viviam nos morros do que posteriormente seria chamado de Sertão da Ressaca. Os povos indígenas Mongoyó, Ymboré e Pataxó foram brutalmente assassinados pelos portugueses. O caso curioso sobre essa cidade do interior da Bahia, com população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) de 343.643 habitantes, sendo considerada a 3ª maior cidade do estado, é que a marca colonial permanece impregnada nos conquistenses.

Segundo dados da plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em uma estimativa populacional, 67% das pessoas residentes em Vitória da Conquista autodeclararam-se negras, enquanto 32,2% consideraram-se brancas. Nesta pesquisa não foram consideradas pessoas indígenas e amarelas, fato importante para refletir sobre também a falta de informações da diversidade étnico-racial conquistense.

Salvador recebe o título da cidade mais negra do Brasil, mas a Jóia do Sertão, apelido dado a Vitória da Conquista, por mais que tenha dados que apresentem uma maioria populacional negra, propõe uma dinâmica cultural de distanciamento da sua capital, apresentando informações que justificam a ilusão colonial como a diferença entre o clima, a localização estar mais próxima do estado de Minas Gerais e até mesmo o modo de falar e de vestir.

A construção do imaginário da Suíça Baiana vai além de uma similaridade climática, mostra como o pensamento colonial está impregnado nas estranhas de uma cidade do interior da Bahia que esconde o seu passado genocida e o seu presente racista. Para o futuro, se faz preciso uma observação de como as leis que asseguram o ensino da diversidade étnico-racial no Brasil estão sendo aplicadas em Vitória da Conquista.

## **O Ensino de Sociologia no Ensino Médio e a Implementação da Lei 10.639/03: um estudo bibliográfico e O Ensino das Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica e a Lei 11.645/08: o estado da arte entre 2015 e 2020**

Os trabalhos de iniciação científica que intitulam esta seção, se integram ao projeto “Educação, relações étnico-raciais e interculturalidades da Educação Básica”, orientado pelo Professor Dr. José Valdir de Jesus Santana, do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESB. Os projetos de iniciação científica são pesquisas bibliográficas que seguiram os seguintes passos:

- a) Localização das dissertações, artigos e teses no banco de dados da CAPES;
- b) Aprofundamento teórico sobre as relações étnico-raciais;
- c) Aprofundamento teórico sobre o ensino de sociologia tendo como foco a lei 10.639/2003 e 11.645/08;
- d) Aprofundamento teórico sobre o campo da Sociologia das relações raciais;
- e) Aprofundamento teórico sobre o campo da educação para as relações étnico-raciais, tendo como foco a lei 10.639/2003 e 11.645/08
- f) Construção do referencial teórico/metodológico a partir do material selecionado.

A pesquisa é do tipo bibliográfica e qualitativa, tendo como fonte dos documentos o banco de dados da CAPES. Desta forma, foi realizado um levantamento de dissertações, artigos e teses em espaços de tempo diferentes através de vários descritores, com marco temporal do ano do sancionamento da primeira lei em 2003 até o ano de 2021.

No primeiro projeto com enfoque da lei 10.639/2003, foi analisado qual região há mais publicações de obras relacionadas a temática da sociologia e a referida lei e qual subtemas estão sendo mais prestigiados pelos teóricos, como por exemplo: “formação de professores”, “a importância da sociologia”, “importância da Lei 10.639/03”, “intolerância religiosa” etc.

De acordo com a obra *Estado do conhecimento: teoria e prática* (2021) de Marília Morosini, Pricila Kohls-Santos, Zoraia Bittencourt foi feito um processo do Estado de Conhecimento que culminou na leitura de 12 (doze) obras escolhidas para entender como essas pesquisas estão sendo feitas. Para isso, o foco deu-se nos tópicos de resumo, introdução, resultados e discussão e também na conclusão dos projetos.

Por certo, para aprofundamento teórico, foi utilizado as obras que apresentavam a questão racial, o ensino étnico-racial e a sociologia, sempre com foco na lei 10.639/2003, como

por exemplo as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (2004).

**Tabela 1:** As 12 (doze) obras selecionadas dos repositórios da CAPES em “O Ensino de Sociologia no Ensino Médio e a Implementação da Lei 10.639/03: um estudo bibliográfico.”

Nº	Título da obra	Autor(es)	Local de publicação	Data de publicação	Temática prestigiada
1	A lei 10.639/03: possibilidades e impossibilidades de desvendamento das muitas nuances das relações raciais no Brasil	Maria Gisele de Alencar	Universidade Estadual de Londrina, Londrina	24/04/2015	Políticas Educacionais; Lei 10.639/03; Ensino de Sociologia; Resistência; Mudança Social.
2	A Importância da Ação e Extensão para o Ensino de Sociologia: Reflexões a partir da Aplicação da Lei 10.639/03	Valdirene de Aquino Santana	Universidade Federal do Vale do São Francisco, Fortaleza	29/07/2020	Escola; Ensino de sociologia; Prática Pedagógica; Extensão; Lei 10.639/03.
3	Educação para as Relações Étnico-Raciais: Um Estudo Sociológico sobre a Implementação da Lei Nº 10.639/03 no Ensino Médio Paraibano	Janielle Marques de Moura	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa), João Pessoa	27/06/2018	Marcadores sociais; Lei nº 10.639/03; Educação antirracista; Descolonização do currículo.
4	O "Fazer" a Lei 10.639 do Colégio Estadual Matriz De Ibitiara-Ba: Adentrando as Veredas do Ensino de Sociologia.	Bibiane Oliveira Silva Goes	Universidade Federal do Vale do São Francisco, Fortaleza	30/04/2020	Ensino de Sociologia; Lei 10.639/2003; Concepções de educadores de Sociologia; Livro didático de Sociologia x lei 10.639/2003.
5	Sociologia no Ensino Médio: Lei nº 10.639/2003 e Formação Antirracista	Yamilia de Paula Siqueira	Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória	13/11/2020	Educação das relações étnico-raciais; Lei nº 10.639/2003;

					Ensino de Sociologia antirracista; Formação de professoras/es
6	Jovens Negras e a Sala de Aula: Caminhos Para Promover o Reconhecimento da Negritude Feminina por Meio do Ensino de Sociologia	Mariana Alves de Sousa	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília), Fortaleza	30/03/2020	Ensino de sociologia; Gênero; Identidade étnico-racial; Interseccionalidade; Livros didáticos
7	Educação Contextualizada e Ensino de Sociologia – A Trajetória de Lutas dos Quilombolas do Mulungu e as Contribuições das Ciências Sociais	Diolirio Araujo Medeiros Filho	Universidade Federal do Vale do São Francisco, Fortaleza	15/05/2020	Comunidade Quilombola; Ensino de Sociologia; Educação Contextualizada; Cultura e Identidade.
8	O Ensino de Sociologia no Ensino Médio: Enfrentando o Racismo a partir da Sala de Aula	Isabela Rodrigues Ligeiro	Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte	20/02/2020	Práticas Pedagógicas; Racismo; Lei 10.639/03; Ensino de Sociologia
9	A Violência e a Intolerância Religiosa no Ambiente Escolar: A Sociologia como Diálogo e Prática Pedagógica no Combate a essa Violência	Clodomir Ferreira da Silva Junior	Universidade Federal do Ceará, Fortaleza	06/07/2020	Intolerância religiosa; Escola; Lei 10.639/2003
10	O que Exu tem a ver com a Escola?	Isabel Cristina dos Santos	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara), Araraquara	03/11/2016	Exu; Lei Federal 10.639/03; Intolerância religiosa

11	A Construção da Identidade Negra na Escola: Dialogando com o Ensino de Sociologia	Daniely Nascimento Marreira Dantas	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília), Fortaleza	30/04/2020	Educação; Ensino e aprendizagem de sociologia; Sociologia; Racismo
12	O Jogo como Recurso Pedagógico nas Aulas de Sociologia: O Racismo em Questão	Jose Ailton Marcolino da Silva	Fundação Joaquim Nabuco, Fortaleza	26/06/2020	Intervenção Pedagógica; Jogo Didático; Expressões Juvenis; Relações Raciais; Prática de Ensino de Sociologia

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Em primeira instância, pode ser observado em qual região está concentrada a maior produção de documentos acadêmicos direcionados para a temática do ensino de sociologia e a Lei 10.639/2003. Sendo 8 (oito) deles da região Nordeste do Brasil, 3 (três) da região Sudeste e 1 (um) da região Sul, assim, nas regiões Norte e Centro-Oeste não foram encontrados teses, artigos e dissertações durante a pesquisa da temática. Dentro da região Nordeste, é possível notar um grande número de produções realizadas no estado de Fortaleza, sendo dos 8 (oito) documentos analisados da região, 7 (sete) são provenientes do estado supracitado.

Já no que se refere às temáticas prestigiadas pelos autores, foi analisado o Resumo e Palavras-chaves dos documentos acadêmicos para entendimento dos mesmos. Desta forma, nota-se a constância de alguns temas escolhidos, como por exemplo “práticas pedagógicas/de ensino” e “educação antirracista”, além dos termos “ensino de sociologia” e a “Lei 10.639/2003”. Além disso, na realização da pesquisa, foi percebido a frequência de outros termos nos títulos de outras obras como “permanência”, “capacitação de professoras/es” e “dificuldades”, observando ainda, mesmo quase duas décadas de funcionamento da lei 10.639/2003 os conflitos existentes no que tange a aplicação da mesma.

No segundo projeto com foco na Lei 11.645/2008, foi construído um material teórico com foco nas histórias e culturas indígenas, que conta com 61 trabalhos encontrados presentes nos domínios digitais da CAPES, sendo 1 resenha, 28 artigos, 29 dissertações e 3 teses. Portanto, caracteriza-se como importante identificar e analisar as pesquisas que têm sido realizadas tendo como “objeto” o ensino das histórias e culturas indígenas na Educação Básica,

uma vez que a abundante produção acadêmica sobre essa temática demonstra sua pertinência social.

Dessa forma, o propósito foi identificar os limites e dificuldades que se colocam no caminho da implementação da Lei 11.645/2008 através das produções selecionadas, como por exemplo, alguns trabalhos apontam que existem problemáticas no que diz respeito ao estereótipo da imagem dos indígenas presentes em livros didáticos. Ao analisar como a categoria interculturalidade tem sido mobilizada nas pesquisas, foi possível constatar que é um aspecto protagonista em estudos sobre as relações étnico-raciais tanto na educação básica.

Identificamos trabalhos realizados em diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas. Pode-se dizer que há uma variedade de estudos acadêmicos sobre o ensino de histórias e culturas indígenas na Educação de maneira geral, e, no que tange ao processo de efetivação da Lei 11.645/08, o número é mais reduzido. As pesquisas apontam para tensões e dificuldades no processo de implementação da referida lei, que resultam, dentre outras coisas, da falta de conhecimento acerca das populações indígenas em nosso país e da propagação de estereótipos em relação a esses coletivos que continuam, infelizmente, sendo reproduzidos no espaço escolar.

### **Considerações Finais**

Diante dos resultados obtidos, percebe-se a importância da pesquisa no que tange a temática de ensino de sociologia e a Lei 10.639/2003, visto que ainda há poucos estudos direcionados à ambos temas, justamente pela a perseguição político-ideológica que esses dois campos apresentam ao poder hegemônico. Por sua vez, a pesquisa encontrou dificuldades no que se refere a encontrar teses, artigos e dissertações que contemplassem as duas temáticas em conjunto, porém, as selecionadas contribuíram para uma análise de como está sendo a produção das mesmas.

A disciplina de Sociologia tem a capacidade de apresentar aos estudantes do Ensino Médio a Lei 10.639/2003 com o intuito de desnaturalizar e causar estranhamento à estrutura racista que tenciona as bases do Brasil desde o início da sua formação enquanto nação. Desta forma, analisar a aplicabilidade, ou a falta dela, da Lei 10.639/2003 oferece dados para observação e criação de políticas públicas necessárias para o funcionamento legal das ações afirmativas dentro do ensino básico.

Já ao tratar sobre a Lei 11.645/2008, com base nos resultados alcançados, notou-se que a produção científica sobre as questões que envolvem a referida lei é de extremo valor para

estudo, não só da efetivação da legislação brasileira, como também do debate sobre como está acontecendo a inserção e presença da pauta das relações étnico-raciais no país dentro do contexto de formação escolar. Por sua vez, fundamentando-se nesse referencial teórico, é possível traçar um diagnóstico que evidencia que a obrigatoriedade do ensino do conteúdo da referida lei, por vezes, não alcança todos os currículos escolares, e mesmo onde se faz presente, não é sinônimo de que esteja sendo ministrado da maneira adequada.

Além disso, o projeto de pesquisa, “Educação, relações étnico-raciais e interculturalidades da Educação Básica”, dará continuidade às atividades iniciadas pelos subprojetos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), dando ênfase no próximo passo à aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 em duas escolas estaduais na cidade de Vitória da Conquista/BA.

## Referências

ATLAS BRASIL. PNUD, Ipea e FJP. **População por sexo e cor no município - Vitória da Conquista/BA** - 2017. Estimativa populacional FJP (2017). Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/293330>>. Acesso em 24 de jan de 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**/ Nilma Lino Gomes - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama: População**. Vitória da Conquista, BA. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>>. Acesso em 02 de nov de 2022.

MONTEIRO, John Manuel. As "Raças" Indígenas no pensamento Brasileiro do Império. In: In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 15-22.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei Nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos). p. 21-34.

SOUZA, Gleice Keli Barbosa. **“Os esquecidos da História” e a Lei 1.645/08: continuidades ou rupturas? Uma análise sobre a representação dos povos indígenas do Brasil em livros didáticos de História.** 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.



José Valdir Jesus de Santana

Professor Titular, com dedicação exclusiva, do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB - Campus de Vitória da Conquista,

Email: [jsantana@uesb.edu.br](mailto:jsantana@uesb.edu.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5087472600101533>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7215-2562>

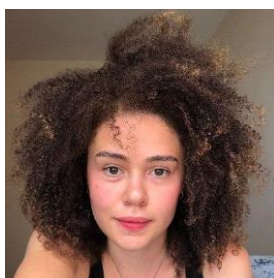


Felipe Souza Bonfim

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2024). Integra o Laboratório de Estudos Marxistas (LEMarx/UESB) e o Coletivo POC, grupo artístico de Vitória da Conquista – BA.

Email: [201920096@uesb.edu.br](mailto:201920096@uesb.edu.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5734736507496354>



Letícia Rodrigues da Anunciação

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (2024). Bolsista de Iniciação Científica pela mesma instituição e integrante do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMarx/UESB).

Email: [201920595@uesb.edu.br](mailto:201920595@uesb.edu.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3299267491340982>